



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
XXVI CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS

A Banca Examinadora da Prova Objetiva Seletiva, abaixo nominada, solicita aos candidatos que, além do conteúdo do edital, observem as seguintes orientações:

1. Tenha cautela com a folha de resposta, porque ela não pode ser substituída:
 - a) confira seus dados pessoais;
 - b) não dobre, não amasse e não use corretivo e
 - c) utilize caneta esferográfica transparente preta.
2. O caderno deve conter 100 (cem) questões legíveis. Aponte qualquer anormalidade antes do início da prova, para que ocorra sua substituição.
3. As questões possuem apenas uma alternativa a ser assinalada como resposta. A interpretação é de responsabilidade do candidato. Os Srs. Presidentes de sala e os Fiscais não devem ser questionados a respeito do conteúdo da prova.
4. Para não ser eliminado do certame, não se comunique com outro candidato por qualquer meio e não consulte qualquer material.
5. Por motivo de segurança fica proibido o porte e a utilização de qualquer aparelho durante a prova, estando inseridos nesta lista os relógios e telefones celulares, bem como qualquer outro equipamento, eletrônico ou não. Deixe todo o material na frente da sala.
6. A prova tem duração de cinco horas, como determinado pelo Conselho Nacional de Justiça. Esgotado o tempo, o Fiscal deverá retirar a folha de resposta.
7. Aguarde a ordem para abrir o caderno de questões.

A comissão deseja a todos uma excelente prova.

Campinas, 31 de março de 2012.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Juiz Oséas Pereira Lopes Júnior

Juiz Hamilton Luiz Scarabelim

Juiz Flávio Landi

Juiza Ana Cláudia Pires Ferreira de Lima

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Dr. Nelson Manrich

Dra. Claudia Campas Braga Patah



QUESTÕES DO BLOCO I

DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO

1. Com fundamento na jurisprudência consolidada do C. TST, aponte a alternativa correta a respeito de compensação de jornada:

- a) A compensação de jornada de trabalho só pode ser ajustada por acordo coletivo ou convenção coletiva.
- b) O acordo individual para compensação de horas não é válido, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário.
- c) O mero não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada, inclusive quando encetada mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, se não dilatada a jornada máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional.
- d) A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada. Nesta hipótese, as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal deverão ser pagas como horas extraordinárias, assim como aquelas destinadas à compensação.
- e) O regime compensatório na modalidade "banco de horas" pode ser instituído por acordo individual escrito, bem como por acordo ou convenção coletiva.

2. O art. 59 da CLT estabelece que a duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho. Sobre as horas extraordinárias é correto afirmar que:

- a) Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de doze horas diárias.
- b) Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 120 (cento e vinte) dias, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de doze horas diárias.
- c) No chamado "banco de horas", em havendo a rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas não compensadas, de forma simples, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.
- d) Os empregados sob o regime de tempo parcial poderão prestar horas extras, desde que prevista a forma de compensação em norma coletiva.



e) Nas atividades insalubres, assim consideradas as constantes dos quadros mencionados no capítulo "Da Segurança e da Medicina do Trabalho", ou que neles venham a ser incluídas por ato do Ministro do Trabalho, quaisquer prorrogações só poderão ser acordadas mediante licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho.

3. A respeito da equiparação salarial, levando-se em conta as disposições da CLT, assim como o entendimento jurisprudencial sedimentado do C. TST, é incorreto afirmar que:

- a) O art. 37, inciso XIII, da CF/1988, veda a equiparação de qualquer natureza para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público, sendo juridicamente impossível a aplicação da norma infraconstitucional prevista no art. 461 da CLT quando se pleiteia equiparação salarial entre servidores públicos, independentemente de terem sido contratados pela CLT.
- b) O conceito de mesma localidade refere-se, em princípio, ao mesmo município, ou a municípios distintos que, comprovadamente, pertençam à mesma região metropolitana.
- c) É possível a equiparação salarial entre auxiliar de enfermagem e atendente de enfermagem, quando preenchidos os requisitos de igual produtividade e mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não for superior a 2 (dois) anos, tendo em vista o princípio do contrato realidade.
- d) Presentes os pressupostos do art. 461 da CLT, é irrelevante a circunstância de que o desnível salarial tenha origem em decisão judicial que beneficiou o paradigma, exceto se decorrente de vantagem pessoal, de tese jurídica superada pela jurisprudência de Corte Superior ou, na hipótese de equiparação salarial em cadeia, se não demonstrada a presença dos requisitos da equiparação em relação ao paradigma que deu origem à pretensão, caso arguida a objeção pelo reclamado.
- e) Desde que atendidos os requisitos do art. 461 da CLT, é possível a equiparação salarial de trabalho intelectual, que pode ser avaliado por sua perfeição técnica, cuja aferição terá critérios objetivos.

4. Assinale a alternativa correta, a respeito da aposentadoria espontânea.

- a) A aposentadoria espontânea extingue o contrato de trabalho, mesmo quando o empregado continua a trabalhar na empresa após a concessão do benefício previdenciário. Assim sendo, indevida a multa de 40% do FGTS em relação ao período anterior à aposentadoria.
- b) A aposentadoria espontânea extingue o contrato de trabalho, a não ser que o empregado continue a trabalhar na mesma empresa após a concessão do benefício por parte da Previdência Social.
- c) O ato de concessão de benefício de aposentadoria a empregado que não tiver completado 35 anos de serviço, se homem, ou trinta, se mulher, importa em extinção do vínculo empregatício.



- d) Na aposentadoria espontânea de empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista é permitida sua readmissão desde que atendidos aos requisitos constantes do art. 37, inciso XVI, da Constituição, e condicionada à prestação de concurso público.
- e) O parágrafo 2º, do art. 453 da CLT, introduzido pela Lei n. 9.528/97, criou modalidade de despedida arbitrária ou sem justa causa, sem indenização, o que não poderia ser feito sem ofensa ao disposto no art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que prevê a multa de 40% sobre o FGTS. Com tais fundamentos, o C. STF declarou inconstitucional o referido parágrafo 2º do art. 453 consolidado.

5. Assinale a alternativa correta

- a) A concessão das férias é exceção à regra geral, dependendo de escolha do trabalhador.
- b) A concessão das férias em mais de um período impõe, como mínimo, um período de pelo menos 14 dias.
- c) Os menores de 18 anos poderão cindir suas férias.
- d) As férias devidas aos empregados maiores de 50 anos não poderão ser concedidas de forma fracionada.
- e) A comunicação das férias deverá anteceder, pelo menos, 30 dias de seu início, facultando-se a forma verbal para qualquer empregado.

6. Assinale a alternativa incorreta.

- a) A duração normal do trabalho dos operadores cinematográficos não excederá de 5h00 diárias.
- b) Os empregados que trabalham no interior de câmaras frigoríficas, assim como aqueles que movimentam mercadorias do ambiente quente para o frio, e vice-versa, terão direito ao intervalo de 20 minutos de descanso após 1h40min de trabalho contínuo, computado esse intervalo como de efetivo descanso.
- c) O tempo despendido pelo empregado em minas do subsolo, da boca da mina ao local do trabalho e vice-versa, será computado para o efeito de pagamento do salário.
- d) A lei 3999/61 não estipula jornada reduzida, mas apenas estabelece o salário mínimo da categoria para uma jornada de 4h00 para os médicos. Assim não há que se falar em horas extras, salvo as excedentes à 8ª, desde que seja respeitado o salário mínimo/horário da categoria. O acordo individual para compensação de horas é válido, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário.
- e) A lei 4950-a/1966 não estipula jornada reduzida, mas apenas estabelece o salário mínimo da categoria para uma jornada de 6h00 para os engenheiros. Assim não há que se falar em horas extras, salvo as excedentes à 8ª, desde que seja respeitado o salário mínimo/horário da categoria.

7. Assinale a alternativa incorreta.



- a) Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações "in natura" que a empresa, por força do costume, fornecer habitualmente ao empregado.
- b) Não serão consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador: transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público, além da previdência privada.
- c) Os descontos efetuados com base em cláusula de acordo coletivo não podem ser superiores a 70% do salário base percebido pelo empregado, pois se deve assegurar um mínimo de salário em espécie ao trabalhador.
- d) Descontos salariais efetuados pelo empregador, com a autorização prévia e por escrito do empregado, para ser integrado em plano de previdência privada, afrontam o disposto no art. 462 da CLT, que trata da intangibilidade salarial.
- e) É inválida a presunção de vício de consentimento resultante do fato de ter o empregado anuído expressamente com descontos salariais na oportunidade da admissão. É de se exigir demonstração concreta do vício de vontade.

8. Considerando-se as disposições legais bem como a jurisprudência dominante no E. TST, especialmente Súmula 380 e, tendo em vista que determinada pessoa física foi admitida como empregado da empresa "X" em 16.10.2004, contrato este rescindido sem justa causa em 31.12.2011, analise as assertivas a seguir:

- I. Na hipótese de rescisão a pedido, com dispensa de cumprimento do aviso prévio, as rescisórias deveriam ser pagas até 10.02.2012.
- II. No caso de injusta dispensa, a homologação da rescisão deveria ocorrer, no máximo, até 10.02.2012.
- III. Na hipótese de dispensa sem justa causa, com cumprimento do aviso prévio, as rescisórias deveriam ser pagas até 10.02.2012.
- IV. Em qualquer hipótese de motivação rescisória, o mero pagamento das verbas devidas na ruptura, dez dias após o último dia trabalhado, sempre elide a possibilidade de incidência da multa do art. 477, §8º, da CLT.
- V. No caso de injusta dispensa, independente da data da homologação, as verbas rescisórias deveriam ser pagas até o dia 11.02.2012.

Agora, responda:

- a) Estão corretas apenas as proposições I e II.
- b) Estão incorretas apenas as proposições II, III e IV.
- c) Estão corretas apenas as proposições II, e IV.
- d) Está correta apenas a proposição IV.
- e) Todas as proposições estão incorretas.



9. Analise as proposições abaixo. Considere, também, a liberdade das negociações coletivas, a teoria do conglobamento e o princípio da proteção ao trabalhador. Após, responda:

- I. Considere a hipótese de uma empregadora, pessoa jurídica, inscrita no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976 e regulamentado pelo Decreto nº 5, de 14 de janeiro de 1991. Esta empregadora pode, por força de norma coletiva, efetuar o pagamento do benefício em pecúnia, juntamente com o salário, ou na forma de adiantamento, de acordo com as normas do PAT.
- II. O valor pago em dinheiro ao empregado, a título do benefício decorrente do PAT, tem caráter remuneratório para fins de integração à remuneração para todos os efeitos, inclusive base de cálculo da gratificação natalina e do FGTS.
- III. A ajuda-alimentação prevista em norma coletiva em decorrência de prestação de horas extras tem natureza indenizatória e, por isso, não integra o salário do empregado bancário.
- IV. O vale para refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais.
- V. Independente do conteúdo da norma coletiva, o benefício poderá ter caráter meramente indenizatório, ainda que pago em pecúnia, caso a empregadora seja integrante do PAT.

- a) Está correta apenas a proposição I.
- b) Estão corretas apenas as proposições I e IV.
- c) Estão incorretas apenas as proposições II e III.
- d) Estão corretas apenas as proposições II, III e IV.
- e) Estão corretas apenas as proposições III e V.

10. Determinado trabalhador foi contratado como atendente em um estabelecimento comercial, em 02.03.2011, com remuneração mensal inicial de R\$ 750,00, valor este que, à época, correspondia ao piso salarial da categoria. Após um ano de serviço passou a auferir mensalmente, o valor de R\$ 1.060,00. O acréscimo se deu em razão de reajuste negociado coletivamente vigente a partir da data-base, 01.03.2012, no percentual 8,0%, e o restante a aumento espontâneo concedido pelo empregador em razão do desempenho do trabalhador, promovido à função de gerente, sem controle de sua jornada de trabalho. Da remuneração de R\$ 1.060,00, R\$ 810,00 corresponde ao salário efetivo e R\$ 250,00 à gratificação de função. O valor do salário mínimo nacional vigente na época do reajuste era R\$ 622,00 e o piso salarial a partir de 01.03.2012 passou a R\$ 810,00.

Analise as afirmações, considerando o período em que o empregado passou a exercer as funções de gerente. Após, responda:



- I. O trabalhador não tem direito ao recebimento de horas extras, independentemente do limite de sua jornada, em razão da função gerencial desempenhada, configurando-se a exceção legal.
- II. O trabalhador tem direito à limitação da jornada, segundo o regime previsto no art. 7º, da Constituição Federal.
- III. O trabalhador não é abrangido pelas disposições do Capítulo II, da CLT (DA DURAÇÃO DO TRABALHO), mas tem direito ao repouso semanal remunerado, nos termos do art. 7º, inciso V, da Constituição Federal.
- IV. O trabalhador tem direito ao recebimento de eventuais repouso semanais remunerados, em dobro, na hipótese de não obter folga nos dias correspondentes sem a respectiva compensação.
- V. O trabalhador não tem direito ao recebimento do adicional noturno mesmo na prestação de serviços entre 22h00 e 5h00.

- a) Apenas a proposição III está correta.
- b) Estão corretas apenas as proposições III, IV e V.
- c) Estão corretas apenas as proposições II e IV.
- d) Estão corretas apenas as proposições I e II.
- e) Apenas a proposição II está errada.

11. Considerando o conceito de remuneração, analise as assertivas abaixo. Após, responda:

- I. O entendimento jurisprudencial dominante relativo às gorjetas é de que possuem caráter remuneratório, integrando a remuneração do trabalhador que as receba, integração esta que se dá para todos os efeitos, inclusive repercussão em todas as verbas também de cunho remuneratório devidas no pacto.
- II. As *stock options* são consideradas remuneração, tendo em vista que sua concessão representa uma forma de o empregador dividir com o empregado o risco do negócio, estando, assim, contrariado o disposto no art. 2º, da CLT.
- III. As gueltas não integram a base de cálculo dos repouso semanais remunerados.
- IV. A Jurisprudência do E. TST tem atribuído natureza jurídica indenizatória à parcela paga ao atleta decorrente do denominado direito de arena.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas a assertiva III está correta.
- d) Apenas a assertiva II está correta.
- e) Todas as assertivas estão erradas.



12. Assinale a alternativa incorreta

- a) são considerados radialistas, para os efeitos da lei, também aqueles que trabalham em serviços de radiodifusão de imagens.
- b) são considerados radialistas inclusive aqueles que trabalham para entidade privada e a fundação mantenedora que executam serviços de radiodifusão, inclusive em circuito fechado de qualquer natureza.
- c) são consideradas funções inerentes ao radialista, entre outras, a, autoria, direção, produção, interpretação, dublagem, locução e a caracterização.
- d) não podem ser consideradas atividades de radialista as atividades inerentes ao tratamento e registros sonoros e visuais.
- e) não são considerados radialistas os atores e figurantes que prestam serviços a empresas de radiodifusão.

13. Relativamente às Comissões de Conciliação Prévia, analise as assertivas abaixo e, após, responda.

- I. As Comissões de Conciliação Prévia não poderão ser constituídas por grupos de empresas ou ter caráter intersindical.
- II. Aquelas comissões porventura instituídas no âmbito do sindicato terão sua constituição e normas de funcionamento definidas no seu estatuto social. O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.
- III. Comissão instituída no âmbito da empresa será composta pelos números de dois a dez membros, respectivamente mínimo e máximo. Haverá tantos suplentes quantos forem os titulares.
- IV. As empresas e os sindicatos podem constituir Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais e coletivos do trabalho.
- V. A duração do mandato dos membros das comissões de conciliação prévia é inferior à dos membros da CIPA.

- a) Todas as assertivas estão incorretas.
- b) A afirmação I está correta e a II está errada.
- c) Apenas as assertivas III, IV e V estão incorretas.
- d) Apenas a afirmação III está correta.
- e) As afirmações I e III estão corretas.

14. Relativamente à figura da mãe social, figura instituída pela Lei 7.644/87, pode-se afirmar que:



- I. Ela é empregada, porquanto presentes todos os requisitos exigidos no art. 3º, da CLT, para a caracterização do empregado.
 - II. Serão sempre empregadas públicas, considerando a finalidade das instituições que as podem admitir.
 - III. Embora não sejam empregadas, têm direito ao recolhimento previdenciário e à contagem de seu tempo de prestação dos serviços para efeito de aposentadoria.
 - IV. Devem ter idade mínima de 25 anos para administrar uma casa lar.
 - V. Entende-se como casa lar a unidade residencial sob responsabilidade de mãe social, que abrigue até 10 (dez) menores.
- a) Apenas a assertiva III está correta.
 - b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - c) Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.
 - d) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
 - e) Todas as alternativas estão erradas.

15. As normas reguladoras nacionais tratam das diversas modalidades de transportes e, especialmente em relação aos portos a lei 8.630/93 regula a matéria. Em relação a esta lei, analise as assertivas abaixo e, após, responda.

- I. Operação Portuária envolve exclusivamente a movimentação ou armazenagem de mercadorias, destinados ou provenientes de transporte aquaviário, realizada no porto organizado por operadores portuários.
 - II. Operador portuário: a pessoa física pré-qualificada para a execução de operação portuária na área do porto organizado.
 - III. A contratação de trabalhadores portuários de estiva, conferência de carga, conserto de carga e vigilância de embarcações com vínculo empregatício a prazo indeterminado será feita, exclusivamente, dentre os trabalhadores portuários avulsos registrados.
 - IV. O trabalho portuário de capatazia, estiva, conferência de carga, conserto de carga, bloco e vigilância de embarcações, nos portos organizados, será realizado por trabalhadores portuários com vínculo empregatício a prazo indeterminado e por trabalhadores portuários avulsos.
 - V. A contratação de trabalhadores portuários de estiva, conferência de carga, conserto de carga e vigilância de embarcações com vínculo empregatício a prazo indeterminado será efetuada segundo livre escolha dos operadores portuários.
- a) Todas as assertivas estão corretas.
 - b) Todas as assertivas estão erradas.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e V.
 - d) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.



e) Estão incorretas as assertivas I, III e IV.

16. Relativamente à remuneração, analise as afirmações e, após, responda:

- I. O trabalhador readaptado em nova função, por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social, poderá servir de paradigma para fins de equiparação salarial.
- II. Na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquele que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente, ou do que for habitualmente pago para serviço semelhante.
- III. Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira.
- IV. A atuação do empregado com dolo autoriza o desconto em seu salário do dano causado ao empregador. Idem relativamente à culpa. Imprescindível, em ambos os casos, o ajuste prévio.
- V. É ilícito o desconto salarial referente à devolução de cheques sem fundos, quando o frentista não observar as recomendações previstas em instrumento coletivo.

- a) Estão corretas apenas as afirmações I, II e V.
- b) Estão corretas apenas as afirmações I e II.
- c) Estão corretas apenas as afirmações II e III.
- d) Estão corretas apenas as afirmações III e IV.
- e) Todas as afirmações estão incorretas.

17. Relativamente à jornada de trabalho, analise as assertivas que seguem e, após, responda:

- I. Ao trabalhador rural menor, atuando no ramo da pecuária, é vedado o trabalho após as 20h00.
- II. É possível e legalmente admissível substituir-se a redução da jornada de trabalho no período do aviso prévio pelo pagamento, como extras, das horas correspondentes à redução.
- III. Segundo entendimento jurisprudencial do E. TST, os casos de labor em turnos ininterruptos de revezamento não dão ensejo à redução da hora noturna prevista no art. 73, da CLT.
- IV. Estabelecida jornada superior a seis horas e limitada a oito horas por meio de regular negociação coletiva, os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento não têm direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras.



V. A contratação do serviço suplementar, quando da admissão do trabalhador bancário, é nula. Os valores assim ajustados apenas remuneram a jornada normal, sendo devidas as horas extras com o adicional de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), as quais não configuram pré-contratação, se pactuadas após a admissão do bancário.

- a) Estão corretas apenas as assertivas II, III e V.
- b) Estão erradas apenas as afirmações I, III e V.
- c) Estão corretas apenas as afirmações I, IV e V.
- d) Está correta apenas a afirmação V.
- e) Está correta apenas a afirmação I.

18. Considerando o instituto das férias, analise as assertivas abaixo e, após, assinale a alternativa correta.

- I. A concessão de férias coletivas não modificará o período aquisitivo das férias dos trabalhadores que, à época da respectiva concessão, contem com menos de um ano no emprego.
- II. Na hipótese de empregado pago por percentagem, comissão ou viagem, será apurada a média percebida pelo mesmo no período aquisitivo respectivo.
- III. A parcela "in natura" a título de moradia paga mês a mês ao trabalhador mensalista não gera incidências reflexas nos cálculos das férias, ainda que a natureza daquela seja judicialmente fixada.
- IV. Quando o salário for pago por tarefa tomar-se-á por base a média da produção no período aquisitivo do direito a férias, aplicando-se o valor da remuneração da tarefa na data da concessão das férias.
- V. O valor recebido pelo empregado a título de adicional de insalubridade em parte do período que antecede a concessão das férias gerará incidência nestas segundo a média duodecimal atualizada.

- a) Estão corretas apenas as afirmações IV e V.
- b) Estão corretas as afirmações I e III.
- c) Estão corretas apenas as afirmações II e V.
- d) Está correta apenas a afirmação V.
- e) Estão corretas as afirmações III e V.

19. A respeito do trabalho indígena, considerando o disposto na Lei 6001/73, assinale a alternativa correta:

- a) Os índios isolados podem firmar contrato de trabalho, mediante prévia aprovação da FUNAI, requisito essencial à validação do pacto.



- b) Os índios habitantes de parques ou colônias podem firmar contrato de trabalho, mediante prévia aprovação da FUNAI, requisito essencial à validação do pacto.
- c) Os índios integrados podem firmar contrato de trabalho, mediante prévia aprovação da FUNAI, requisito essencial à validação do pacto.
- d) Não será permitida a realização de contratos por equipe ou a domicílio para o trabalho dos indígenas.
- e) Não será permitida a adaptação de condições de trabalho aos usos e costumes da comunidade a que pertencer o índio, obedecendo-se, na contratação, sempre as normas gerais dos demais trabalhadores.

20. A reclamante, admitida em 20/08/09, recebeu auxílio doença previdenciário no período de 10/03/11 a 10/10/11. Ao retornar ao serviço, no dia 11/10/11, foi orientada pelo empregador a aguardar em casa. Foi dispensada sob alegação de abandono de emprego em 20/10/11. A reclamante requereu sua reintegração no emprego, alegando ser portadora de doença ocupacional, bem como a condenação da reclamada ao pagamento dos salários, férias + 1/3 e 13º salários do período de 10/03/11 até a reintegração. O laudo médico do Perito Judicial concluiu pela ausência do nexo causal entre a patologia havida pela reclamante e seu labor prestado à empresa reclamada. É correto afirmar que a reclamante:

- a) Tem direito aos salários a partir de 10/03/11.
- b) Tem direito à reintegração, uma vez que o contrato de trabalho estava suspenso.
- c) Tem direito ao FGTS do período de suspensão do contrato de trabalho.
- d) Não tem direito à reintegração, eis que não configurada a doença ocupacional, devendo ser considerada dispensada sem justa causa, pela ausência do *animus abandonandi*.
- e) Tem direito às férias integrais do período aquisitivo de 20/08/10 a 19/08/11 e proporcionais de 20/08/11 a 20/10/11, ambas acrescidas de um terço.

21. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O contrato de aprendizagem exige forma escrita e possui duração máxima de dois anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.
- b) A empregada que obtiver a guarda judicial para fins de adoção de criança fará jus à licença maternidade.
- c) A jornada de atividade em estágio de estudante do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular não pode ultrapassar 6h00 (seis horas) diárias e 30h00 (trinta horas) semanais.



d) A ausência do termo de adesão entre a entidade privada sem fins lucrativos e o prestador de serviço voluntário, forma exigida no artigo 2º da Lei 9.608/98, importa no reconhecimento de vínculo empregatício entre ambos, ainda que ausente a onerosidade.

e) O contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente, com relação a um mesmo empregado, não poderá exceder de três meses, salvo autorização conferida pelo órgão local do Ministério do Trabalho e Emprego.

22. Sob a ótica das Sumulas do TST, aponte a alternativa incorreta:

a) A justificção da ausência do empregado motivada por doença, para a percepção do salário-enfermidade e da remuneração do repouso semanal, deve observar a ordem preferencial dos atestados médicos estabelecida em lei.

b) É devida a remuneração do repouso semanal e dos dias feriados ao empregado comissionista, exceto se pracista.

c) Aos ferroviários que trabalham em estação do interior, assim classificada por autoridade competente, não são devidas horas extras.

d) Chefe de trem, regido pelo estatuto dos ferroviários, não tem direito à gratificação prevista no respectivo estatuto.

e) Se as faltas já são justificadas pela lei, consideram-se como ausências legais e não serão descontadas para o cálculo do período de férias.

23. Com base em Súmulas de Jurisprudência do TST, não é correto afirmar:

a) O professor que recebe salário mensal à base de hora-aula tem direito ao acréscimo de 1/6 a título de repouso semanal remunerado, considerando-se para esse fim o mês de quatro semanas.

b) É inválida a concessão do aviso prévio na fluência da garantia de emprego, ante a incompatibilidade dos dois institutos.

c) O advogado empregado de banco, pelo simples exercício da advocacia, não exerce cargo de confiança, não se enquadrando, portanto, na hipótese do parágrafo 2º do art. 224, da CLT.

d) Os empregados de empresas distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários não tem direito a jornada especial dos bancários.



e) O trabalho noturno dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação do petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados, por meio de dutos, é regulado pela Lei nº 5.811, de 11.10.1972, não se lhe aplicando a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos prevista no art. 73, § 1º, da CLT.

24. Aponte a alternativa incorreta, com base em Súmulas do TST:

- a) O salário profissional dos médicos e dentistas guarda proporcionalidade com as horas efetivamente trabalhadas, respeitado o mínimo de 44 horas mensais.
- b) A correção monetária não incide sobre o débito do trabalhador reclamante.
- c) A gratificação semestral não repercute no cálculo das horas extras, das férias e do aviso prévio, ainda que indenizados. Repercute, contudo, pelo seu duodécimo na indenização por antiguidade e na gratificação natalina.
- d) O empregado que se demite antes de completar 12 meses de serviço tem direito a férias proporcionais.
- e) Em se tratando de pedido de reenquadramento, a prescrição é total, contada da data do enquadramento do empregado.

25. Relativamente à insalubridade, é incorreto afirmar:

- a) Sua eliminação ou neutralização ocorrerá com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância ou com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.
- b) O quadro de atividades e operações insalubres será aprovado pelo Ministério do Trabalho.
- c) O Ministério da Saúde adotará normas sobre os critérios de tolerância aos agentes agressivos e tempo máximo de exposição do empregado a tais agentes.
- d) São consideradas operações insalubres, entre outras, aquelas que, pelas condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados considerada a natureza e intensidade do agente, além do tempo de exposição a seus efeitos.



e) A caracterização e a classificação da insalubridade se dará através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho.

26. Relativamente aos intervalos interjornadas é correto afirmar:

- a) Para o trabalhador que atue em turno ininterrupto de revezamento, o intervalo interjornadas mínimo legal é de 12h00.
- b) O intervalo interjornadas mínimo legal para o jornalista é de 10h00.
- c) O intervalo interjornadas mínimo legal para o bancário é de 10h00.
- d) O intervalo interjornadas mínimo legal para o professor, em um mesmo estabelecimento, é de 9h00.
- e) O intervalo interjornadas mínimo legal para o motorista rodoviário é de 8h00.

27. Relativamente ao professor, é correto afirmar:

- a) O número máximo diário de aulas a serem ministradas em um mesmo estabelecimento é oito, observado máximo de quatro consecutivas.
- b) Sua remuneração será fixada pelo número de aulas mensais.
- c) Seu pagamento será mensal, apurando-se as aulas semanais multiplicadas por 4,5.
- d) O número máximo de faltas não descontadas, na hipótese de gala, é de três dias.
- e) O desconto decorrente de faltas será efetuado segundo o número de dias de ausência no mês, independente do número de aulas, ainda que distinto em cada dia da semana.

28. Sobre o empregado doméstico não é correto afirmar:

- a) É vedado ao empregador doméstico efetuar descontos no salário do empregado por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene, moradia.
- b) O empregado doméstico terá direito a férias anuais remuneradas de 30 dias com, pelo menos, um terço a mais que o salário normal após cada período de doze meses de trabalho, prestado à mesma pessoa ou família;
- c) O depósito do FGTS é facultativo.
- d) É vedada a dispensa sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.



- e) O trabalhador doméstico tem direito ao seguro-desemprego, quando inscrito no FGTS, se requerido no prazo de até 120 dias contados da data da dispensa.

29. Aponte a alternativa incorreta, tomando-se por base as Orientações Jurisprudenciais do Colendo TST.

- a) O art. 195 da CLT não faz qualquer distinção entre o médico e o engenheiro para efeito de caracterização e classificação da insalubridade e periculosidade, bastando para a elaboração do laudo seja o profissional devidamente qualificado.
- b) A redução da carga horária do professor, em virtude da diminuição do número de alunos, não constitui alteração contratual, uma vez que não implica redução do valor da hora-aula;
- c) O ferroviário submetido a escalas variadas, com alternância de turnos, não faz jus à jornada especial prevista no art. 7º, XIV, da CF/1988 (turnos ininterruptos de revezamento).
- d) A jornada reduzida de que trata o art. 227 da CLT não é aplicável, por analogia, ao operador de televidas, que não exerce suas atividades exclusivamente como telefonista, pois, naquela função, não opera mesa de transmissão, fazendo uso apenas dos telefones comuns para atender e fazer as ligações exigidas no exercício da função.
- e) A partir da vigência da Lei nº 10.243, de 19.06.2001, que acrescentou o § 1º ao art. 58 da CLT, não mais prevalece cláusula prevista em convenção ou acordo coletivo que elastece o limite de 5 minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho para fins de apuração das horas extras.

30. Aponte a alternativa incorreta, tomando-se por base Jurisprudência consolidada no C. TST:

- a) Os empregados menores de 18 anos não podem ser discriminados em cláusula de norma coletiva que fixa salário mínimo profissional para a categoria.
- b) Não é necessária a correspondência entre as atividades exercidas pelos setores profissional e econômico, a fim de legitimar os envolvidos no conflito a ser solucionado pela via do dissídio coletivo.
- c) Nos termos do art. 10, II, "b", do ADCT, a proteção à maternidade foi erigida à hierarquia constitucional, pois retirou do âmbito do direito potestativo do empregador a possibilidade de despedir arbitrariamente a empregada em estado gravídico. Portanto, a teor do artigo 9º, da CLT, conforme entendimento da Seção de Dissídios Coletivos do C. TST, torna-se nula de pleno direito a cláusula que estabelece a possibilidade de renúncia ou transação, pela gestante, das garantias referentes à manutenção do emprego e salário.
- d) Somente após o término do período estável é que se inicia a contagem do prazo do aviso prévio para efeito das indenizações adicionais previstas no art. 9º da Lei 6.708 e 9º da Lei 7.238/84.



e) O adicional de risco dos portuários, previsto no art. 14 da Lei nº 4.860/65, deve ser proporcional ao tempo efetivo no serviço considerado sob risco e apenas concedido àqueles que prestam serviços na área portuária.

31. Sobre Segurança e Higiene do trabalho, não é correto afirmar:

- a) Em se tratando de empresa que promova atividades em mais de um Estado do país, incumbe exclusivamente ao órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho coordenar, orientar, controlar, supervisionar e promover a fiscalização do cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho.
- b) Compete especialmente às DRT, nos limites de sua jurisdição, adotar as medidas que se tornem exigíveis, determinando as obras e reparos que, em qualquer local de trabalho, se façam necessárias.
- c) A proibição de reeléger por mais de uma vez o representante dos empregados na CIPA não se estende aos suplentes que não tenham participado de pelo menos metade das reuniões.
- d) Nos termos da lei, é de 60 kg o peso máximo que um empregado pode remover individualmente, ressalvadas as disposições especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher.
- e) A jornada diária do cabineiro de elevador é de 6 horas, vedada a sua prorrogação.

32. O art. 189 da CLT dispõe que serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos. A respeito da insalubridade, e levando em conta os entendimentos jurisprudenciais pacificados do C. TST, assinale a alternativa incorreta:

- a) O trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, não afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional.
- b) A eliminação da insalubridade mediante fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo exclui a percepção do respectivo adicional.
- c) Não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho. A limpeza em



residências e escritórios e a respectiva coleta de lixo não podem ser consideradas atividades insalubres, ainda que constatadas por laudo pericial, porque não se encontram dentre as classificadas como lixo urbano na Portaria do Ministério do Trabalho.

d) O simples fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador não o exime do pagamento do adicional de insalubridade. Cabe-lhe tomar as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da nocividade, entre as quais as relativas ao uso efetivo do equipamento pelo empregado.

e) Enquanto percebido, o adicional de insalubridade integra a remuneração para todos os efeitos legais. Se recebida por mais de dez anos, a parcela incorpora-se à remuneração do empregado. Neste caso, eventual reclassificação ou a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, não repercute na satisfação do respectivo adicional, em decorrência do direito adquirido e do princípio da irredutibilidade salarial.

33. O direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para o trabalhador urbano, até o limite de dois anos após a extinção do contrato. Assim dispõe o art. 11 da CLT, sendo que o disposto neste artigo não se aplica às ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social. Sobre a prescrição, assinale a assertiva correta, de acordo com a notória e atual jurisprudência do C. TST:

a) Na lesão de direito que atinja prestações periódicas, de qualquer natureza, devidas ao empregado, a prescrição é sempre total e se conta da lesão do direito.

b) Na lesão de direito individual que atinja prestações periódicas devidas ao empregado, à exceção da que decorre de ato único do empregador, a prescrição é sempre parcial e se conta do vencimento de cada uma dessas prestações, e não da lesão do direito.

c) Para o bancário, em se tratando de horas extras pré-contratadas, opera-se a prescrição total se a ação não for ajuizada no prazo de dois anos, a partir da data em que foram suprimidas.

d) Na ação que objetive corrigir desvio funcional, a prescrição só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 2 (dois) anos que precedeu o ajuizamento. Em se tratando de pedido de reenquadramento, a prescrição é 05 anos, contada da data do enquadramento do empregado.

e) A pretensão à complementação de aposentadoria jamais recebida prescreve em 2 (dois) anos contados da cessação do contrato de trabalho. Já a pretensão a diferenças de



complementação de aposentadoria sujeita-se à prescrição parcial e quinquenal, salvo se o pretense direito decorrer de verbas não recebidas no curso da relação de emprego e já alcançadas pela prescrição, à época da propositura da ação.

34. Reclamações trabalhistas envolvendo grandes empresas acabam por trazer à Justiça do Trabalho a apreciação reiterada de certas matérias. Como instrumento de unificação da jurisprudência, o C. TST edita Súmulas e Orientações Jurisprudenciais sobre muitas dessas matérias. Considerando os verbetes jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho, indique a alternativa incorreta:

- a) Em relação aos empregados do Banespa (Banco do Estado de São Paulo S.A.), a complementação de aposentadoria, prevista no art. 106, e seus parágrafos, do regulamento de pessoal editado em 1965, só é integral para os empregados que tenham 30 (trinta) ou mais anos de serviços prestados exclusivamente ao banco.
- b) O acordo homologado no Dissídio Coletivo nº TST – DC – 810.950/2001.3, que estabeleceu a garantia de emprego aos empregados em atividade do Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa e que, portanto, não se aplica aos empregados aposentados, não prevalece sobre a fixação do reajuste salarial previsto na convenção coletiva firmada entre a Federação Nacional dos Bancos – Fenaban e os sindicatos dos bancários.
- c) As alterações na estrutura do Plano de Cargos Comissionados do Banco do Brasil, introduzidas pelas Cartas-Circulares DIREC/FUNCI 96/0904 e 96/0957, dentre as quais a substituição do Abono de Função e Representação (AFR) pelo Adicional de Função (AF) e pelo Adicional Temporário de Revitalização (A-TR), não autorizam o pagamento de diferenças de complementação de aposentadoria aos inativos por só abrangerem os empregados em atividade, bem como em razão de o Plano de Incentivo à Aposentadoria da época do jubileamento não conter previsão de aplicação de eventual alteração na estrutura dos cargos comissionados àqueles que se aposentassem.
- d) Ausente a fidúcia especial a que alude o art. 224, § 2º, da CLT, é ineficaz a adesão do empregado à jornada de oito horas constante do Plano de Cargos em Comissão da Caixa Econômica Federal, o que importa no retorno à jornada de seis horas, sendo devidas como extras a sétima e a oitava horas laboradas. A diferença de gratificação de função recebida em face da adesão ineficaz poderá ser compensada com as horas extraordinárias prestadas.
- e) Apesar da vedação de pagamento em periodicidade inferior a um semestre civil ou mais de duas vezes no ano cível, disposta no art. 3º, § 2º, da Lei n.º 10.101, de 19.12.2000,



o parcelamento em prestações mensais da participação nos lucros e resultados de janeiro de 1999 a abril de 2000, fixado no acordo coletivo celebrado entre o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a Volkswagen do Brasil Ltda., não retira a natureza indenizatória da referida verba (art. 7º, XI, da CF), devendo prevalecer a diretriz constitucional que prestigia a autonomia privada coletiva (art. 7º, XXVI, da CF).

35. Aponte a alternativa incorreta, considerando o entendimento jurisprudencial consolidado do C. TST:

- a) As normas relativas à complementação de aposentadoria, inseridas no Manual de Pessoal da Petrobras, têm caráter meramente programático, delas não resultando direito à referida complementação.
- b) Preenchidos todos os pressupostos para a aquisição de estabilidade decorrente de acidente ou doença profissional, ainda durante a vigência do instrumento normativo, goza o empregado de estabilidade mesmo após o término da vigência desta.
- c) A deliberação da diretoria da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, prevista no Plano de Carreira, Cargos e Salários como requisito necessário para a concessão de progressão por antiguidade, por se tratar de condição puramente potestativa, não constitui óbice ao deferimento da progressão horizontal por antiguidade aos empregados, quando preenchidas as demais condições dispostas no aludido plano.
- d) A parcela denominada “sexta parte”, instituída pelo art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo, é devida apenas aos servidores estaduais, celetistas e estatutários da Administração Pública direta, das fundações e das autarquias, conforme disposição contida no art. 124 da Constituição Estadual, não se estendendo aos empregados de sociedade de economia mista e de empresa pública, integrantes da Administração Pública indireta, submetidas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, nos termos do art. 173, § 1º, II, da Constituição Federal.
- e) Ainda que preenchidos os requisitos do art. 3º da CLT, não será reconhecida a relação de emprego entre policial militar e empresa privada.

36. O art. 522 da CLT prevê que a administração do sindicato será exercida por uma diretoria constituída no máximo de sete e no mínimo de três membros e de um Conselho Fiscal composto de três membros, eleitos esses órgãos pela Assembleia Geral. Já o art. 543 consolidado prescreve garantias para o dirigente sindical. Sobre o



tema, analise as questões que seguem, e responda com base no entendimento jurisprudencial sumulado do C. TST.

- I. O art. 522 da CLT não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988. Não fica limitada, assim, a estabilidade a que alude o art. 543, § 3.º, da CLT a sete dirigentes sindicais e igual número de suplentes.
- II. O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical goza de estabilidade, mesmo se exercer na empresa atividade diversa à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.
- III. Havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, não há razão para subsistir a estabilidade.
- IV. O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, assegura-lhe a estabilidade, visto que aplicável a regra do § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho.

- a) Estão corretas somente as afirmações I, II e IV.
- b) Estão corretas somente as afirmações II, III e IV.
- c) Está correta somente a afirmação III.
- d) Está correta somente a afirmação IV.
- e) Todas as afirmações estão erradas.

37. A Constituição Federal consagra o princípio da liberdade de associação profissional ou sindical. Sobre este tema, levando em conta os textos legais e os entendimentos jurisprudenciais pacificados pelo C. TST e pelo E. STF, aponte a alternativa errada:

- a) A assembleia geral do ente sindical fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei.
- b) A contribuição confederativa de que trata o art. 8º, IV, da Constituição, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.
- c) A contribuição assistencial será recolhida, de uma só vez, anualmente, e consistirá na importância correspondente à remuneração de um dia de trabalho, para os empregados, qualquer que seja a forma da referida remuneração.
- d) A contribuição sindical será recolhida, de uma só vez, anualmente, e consistirá, para os empregadores, numa importância proporcional ao capital social da firma ou empresa, registrado nas respectivas Juntas Comerciais ou órgãos equivalentes, mediante a aplicação de alíquotas, conforme a tabela progressiva prevista no inc. III, do art. 580 da CLT.



e) Excluem-se da regra de recolhimento da contribuição sindical as entidades ou instituições que comprovarem, através de requerimento dirigido ao Ministério do Trabalho, que não exercem atividade econômica com fins lucrativos.

38. A Lei Complementar n. 123/2006 institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. A respeito das contribuições sindicais em relação a estas empresas é correto afirmar que:

a) A Lei Complementar n. 123/2006 traz expressa referência à obrigatoriedade de recolhimento da contribuição sindical.

b) A Lei Complementar n. 123/2006 prevê a imunidade tributária da microempresa e da empresa de pequeno porte, mas o STF entende que tal disposição é inaplicável, uma vez que o art. 580 da CLT não faz distinção entre estas empresas e as demais, sendo inconstitucional o tratamento favorecido às empresas de pequeno porte.

c) As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição Federal, e demais entidades de serviço social autônomo.

d) As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição Federal, e demais entidades de serviço social autônomo, assim como do recolhimento da contribuição à Seguridade Social, quota parte de seus empregados.

e) As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição Federal, e demais entidades de serviço social autônomo, assim como do recolhimento da contribuição à Seguridade Social, quota parte devida pelo empresário contribuinte individual.

39. O art. 613 da CLT traz requisitos obrigatórios a serem observados pelas convenções e acordos coletivos de trabalho. Sobre referidas normas, analise as proposições abaixo:

I. É aplicável multa prevista em instrumento normativo (sentença normativa, convenção ou acordo coletivo) em caso de descumprimento de obrigação prevista em lei, mesmo que a norma coletiva seja mera repetição de texto legal.



- II. O descumprimento de qualquer cláusula constante de instrumentos normativos diversos não submete o empregado a ajuizar várias ações, pleiteando em cada uma o pagamento da multa referente ao descumprimento de obrigações previstas nas cláusulas respectivas.
- III. As condições de trabalho alcançadas por força de sentença normativa, convenção ou acordos coletivos vigoram no prazo assinado, não integrando, de forma definitiva, os contratos individuais de trabalho.
- IV. As condições de trabalho alcançadas por força de sentença normativa, convenção ou acordos coletivos vigoram no prazo assinado, mas integram, de forma definitiva, os contratos individuais de trabalho, em se tratando de cláusula social mais benéfica ao trabalhador.

Responda, considerando os entendimentos sumulados do C. TST a respeito:

- a) Todas as proposições acima estão corretas;
- b) Apenas as proposições I e II estão corretas;
- c) Apenas as proposições I, II e III estão corretas;
- d) Estão corretas somente as proposições II e IV;
- e) Todas as proposições estão erradas.

40. Sobre normas coletivas trabalhistas é errado afirmar:

- a) Não é possível a prevalência de acordo sobre legislação vigente, quando ele é menos benéfico do que a própria lei, em especial quando se trata de norma de ordem pública, de caráter imperativo, que acaba restringindo o campo de atuação da vontade das partes.
- b) Não se admite aplicar condições constantes de acordo homologado nos autos de dissídio coletivo, extensivamente, às partes que não o subscreveram, exceto se observado o procedimento previsto no art. 868 e seguintes, da CLT.
- c) Não há necessidade de submeter à Justiça do Trabalho homologação de acordo extrajudicialmente celebrado, sendo suficiente, para que surta efeitos, sua formalização perante o Ministério do Trabalho.
- d) São compatíveis com a natureza e finalidade do dissídio coletivo as pretensões de provimento judicial de arresto, apreensão ou depósito.
- e) É vedado ao sindicato utilizar-se de dissídio coletivo como instrumento apto para obter o reconhecimento de que a categoria que representa é diferenciada, mesmo porque esta



matéria - enquadramento sindical - envolve a interpretação de norma genérica, de modo especial o art. 577 da CLT.

DIREITO PENAL

41. Analise as seguintes assertivas, assinalando a alternativa incorreta:

- a) O crime de furto (art. 155, CP) é um crime comum, tanto com relação ao sujeito ativo quanto ao sujeito passivo; doloso; material; de dano; permanente e monossujeitivo.
- b) Segundo posição majoritária do STF e STJ, considera-se consumado o crime de furto com a simples posse, ainda que breve, do bem subtraído, não sendo necessária que a mesma se dê de forma mansa e pacífica, bastando que cesse a clandestinidade, ainda que por curto espaço de tempo.
- c) Presente o "animus furandi" e sendo demonstrada a intenção de restituir o bem, descabe falar em furto de uso.
- d) O objeto material do roubo é a coisa alheia móvel, bem como a pessoa sobre a qual recai a conduta praticada pelo agente, em face de sua pluralidade ofensiva.
- e) O crime de roubo somente pode ser praticado dolosamente, não havendo previsão legal para a modalidade culposa. Além do dolo, a doutrina majoritária aponta outro elemento subjetivo, que lhe é transcendente, chamado *especial fim de agir*, caracterizado na expressão "para si ou para outrem", constante do art. 157 do Código Penal.

42. Analise as seguintes assertivas e em seguida responda:

- I. Objeto material do crime de extorsão é a pessoa contra a qual recai o constrangimento e qualquer pessoa pode figurar como sujeito ativo desse delito.
- II. O crime de extorsão só pode ser praticado dolosamente, não havendo previsão para a modalidade culposa. Além do dolo, a doutrina majoritária aponta outro elemento subjetivo, que lhe é transcendente, chamado "especial fim de agir", caracterizado, "in casu", pela finalidade do agente em obter, para si ou para outrem, indevida vantagem econômica.
- III. Embora seja um crime formal, a extorsão mediante sequestro também possui a natureza de delito plurissubsistente, ou seja, aquele que pode ser desdobrado em vários atos, fracionando-se, pois, o "iter criminis", razão pela qual será possível a tentativa.



- IV. A fé pública é o bem juridicamente protegido pelo tipo penal que prevê o delito de falsificação de documento público. O objeto material é o documento público falsificado, no todo ou em parte, ou o documento público verdadeiro que fora alterado pelo agente. Admite-se a tentativa.
- V. Segundo posição majoritária do STJ, admite-se a responsabilidade penal da pessoa jurídica em crimes ambientais desde que haja a imputação simultânea do ente moral e da pessoa física que atua em seu nome ou em seu benefício.

- a) Apenas as assertivas I, II e III são corretas.
- b) Apenas a assertiva V é errada.
- c) Apenas a assertiva IV é correta.
- d) Todas as assertivas são corretas.
- e) Apenas as assertivas II e III são erradas.

43. Aponte a alternativa correta:

- a) Tipicidade diz respeito à subsunção perfeita da conduta praticada pelo agente ao modelo abstrato previsto na lei penal, isto é, a um tipo penal incriminador. A tipicidade penal é formada, ainda, pela conjugação da tipicidade formal (ou legal) com a tipicidade conglobante.
- b) Os tipos penais derivados que, em virtude de determinadas circunstâncias, podem aumentar ou diminuir a reprimenda, são apenas os privilegiados.
- c) Quando o agente atua com dolo na conduta e dolo quanto ao resultado qualificador, diz-se crime preterdoloso; quando o agente atua com dolo na conduta e culpa com relação ao resultado diz-se crime qualificado pelo resultado.
- d) Crime multitudinário é o cometido por uma multidão delincente, geralmente, numa situação de tumulto. E a jurisprudência do STF vem se orientando no sentido de que não é admitida a narração genérica dos fatos, sem discriminação da conduta específica de cada denunciado.
- e) Qualquer pessoa pode ser sujeito passivo do crime político.

44. Aponte a alternativa correta:

- a) A fé pública é o bem juridicamente protegido pelo tipo penal que prevê o delito de “falsificação de documento público”.



- b) Para que se possa falar em desistência voluntária é preciso que o agente já tenha ingressado na fase dos atos de execução. Caso ainda se encontre praticando atos preparatórios, sua conduta será considerada uma tentativa.
- c) "falsificação de documento público": trata-se de crime comum apenas no que diz respeito ao sujeito ativo; doloso e comissivo.
- d) Segundo jurisprudência dominante do STJ, o crime de "falsificação de documento público" se consuma com a efetiva falsificação ou alteração do documento, exigindo-se, ainda, para sua configuração, o uso ou a efetiva ocorrência de prejuízo.
- e) Segundo entendimento do STJ, para a caracterização do delito de falsidade, necessária a demonstração de prejuízo e da potencialidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

45. Assinale a alternativa correta:

- a) Os bens públicos nunca podem ser alienados.
- b) A responsabilidade civil do Estado é objetiva, tendo a Constituição Federal Brasileira adotado a teoria do risco integral.
- c) São atributos do ato administrativo: presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade.
- d) A ação de mandado de segurança somente pode ser ajuizada contra ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública.
- e) Tratando-se de ato discricionário, a validade do ato administrativo não fica vinculada à motivação que lhe fora dada.

46. Sobre a improbidade administrativa é correto afirmar:

- a) Na ação de ressarcimento de dano causado ao erário público é cabível a transação, acordo ou conciliação entre as partes.
- b) O único com legitimação ativa para a ação de improbidade é o Ministério Público.
- c) Na ação de improbidade administrativa, ainda que formalmente intimados, os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão deixar de comparecer em juízo e optar por prestar depoimento por escrito.



- d) Os atos de improbidade administrativa sempre causam danos ao patrimônio público.
- e) A prática de ato de improbidade administrativa importa na aplicação apenas de sanção civil e criminal.

47. Assinale a assertiva incorreta, considerando o art. 173 da CF 88 que dispõe: "Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei".

- a) A exploração de atividade econômica pelo Estado pode ocorrer através de empresa pública e sociedade de economia mista.
- b) A despedida de empregados de empresa pública e de sociedade de economia mista, admitidos por concurso público, depende de ato motivado para sua validade, salvo em se tratando de empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
- c) A empresa pública é pessoa jurídica de Direito Privado, embora seja constituída de capital exclusivamente público.
- d) A vedação constitucional de acumulação remunerada de cargos públicos também se estende às sociedades de economia mista.
- e) A admissão de pessoal pelas empresas públicas e sociedade de economia mista, salvo para cargos ou função de confiança, depende de concurso público;

48. Tratando-se de controle de legalidade do ato administrativo é correto afirmar:

- a) A ação civil pública pode ser ajuizada pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios, por autarquias, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação e associação.
- b) O inquérito civil público pode ser instaurado pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios.
- c) O termo de ajustamento de conduta somente pode ser celebrado pelo Ministério Público.
- d) O pedido de arquivamento de inquérito civil público depende de homologação do Juiz que, se entender que não é caso de arquivamento, remeterá os autos ao Procurador Geral de Justiça que poderá designar outro representante do Ministério Público para ajuizar a ação civil pública.



e) A instauração do inquérito civil público é imprescindível para o ajuizamento da ação civil pública.

49. Analise as assertivas abaixo e, após, responda:

I. A nulidade do ato administrativo pode ser reconhecida pela própria administração e pelo Poder Judiciário.

II – A revogação de ato pela administração produz efeito *ex nunc*.

III – Poder hierárquico é a faculdade que a administração possui de punir internamente as infrações funcionais de servidores.

IV – Os serviços públicos *uti singuli* são mantidos pelos impostos.

V. – Ao servidor público não é assegurado o direito de greve.

a) Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.

b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

e) Apenas as II e V estão corretas.

50. Assinale a alternativa incorreta:

a) O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no parágrafo único do art. 29 da Lei 8.112/90.

b) Consideram-se formas de provimento original a nomeação de pessoa estranha aos quadros do serviço público, bem como a de pessoa que já exercia função pública como ocupante de cargo não vinculado àquele para o qual foi nomeada.

c) A vedação de remuneração de servidor por órgão de deliberação coletiva não se aplica à remuneração devida pela participação em conselhos de administração e fiscal das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, bem como quaisquer empresas ou entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social, observado o que, a respeito, dispuser legislação específica.

d) O tempo de serviço do servidor afastado para exercer mandato eletivo será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.

e) O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das



atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

QUESTÕES DO BLOCO II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

51. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

- I. Ação anulatória de multa administrativa imposta por órgão de fiscalização das relações de trabalho.
- II. Ação de associação de fornecedores de cana de açúcar de uma região que congrega 05 cidades, em face de outra associação de fornecedores de cana de açúcar de uma daquelas 05 cidades, em que a primeira postula a anulação da assembleia de constituição da requerida, com o cancelamento de seu registro no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, diante dos princípios da unicidade sindical e da territorialidade.
- III. Ação de indenização por danos morais e materiais proposta pelo filho em face do ex-empregador de seu pai, que faleceu em acidente de trabalho, conforme jurisprudência dominante do STF.
- IV. Causas envolvendo descaracterização de contratação temporária ou de provimento comissionado pelo poder público.
- V. Ação monitória entre empregado e empregador, com base em prova escrita, consistente em declaração firmada pelo empregado, obrigando-se a devolver ao final do contrato de trabalho ferramentas em seu poder.

- a) Somente as assertivas I e II; V estão corretas.
- b) Somente as assertivas I, III e V estão corretas.
- c) Somente a assertiva III está correta.
- d) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

52. Assinale a alternativa correta:

- a) Cabe ao Ministério Público do Trabalho ajuizar ação civil pública para a proteção do meio ambiente do trabalho em face de pessoa jurídica que descumpriu Termo de Ajuste de Conduta contendo vício de representação.
- b) Não é cabível o ajuizamento de *habeas corpus* originário no Tribunal Superior do Trabalho, em substituição de recurso ordinário em *habeas corpus*, de decisão definitiva proferida por Tribunal Regional do Trabalho.



- c) Compete a Tribunal Regional Federal processar e julgar conflito de competência entre Juiz do Trabalho e Juiz Federal em causa envolvendo empregado de autarquia federal.
- d) Segundo a Jurisprudência do C. TST, o Juiz do Trabalho pode declinar, de ofício, de sua competência, quanto às ações em que o local de prestação de serviço ocorreu fora de sua jurisdição.
- e) Nos termos da lei não compete ao Tribunal Pleno do C. TST homologar acordos celebrados em dissídios coletivos em nenhuma hipótese.

53. A respeito do litiscônsórcio, da representação e da substituição processual no processo do trabalho, é correto afirmar que:

- a) Tratando-se de mandado de segurança impetrado por ex-sócio da empresa executada contra a constrição de valores em sua conta-corrente, o autor da reclamação trabalhista em que foi proferido o ato impugnado é litisconsorte passivo necessário, porque pode ser afetado por eventual concessão da segurança. Em consequência, o desenvolvimento válido e regular do processo depende da citação do autor de referida reclamação trabalhista.
- b) O Juiz do Trabalho deve determinar, de ofício, a inclusão no polo passivo do subempreiteiro, quando o reclamante ajuíza a ação tão somente em face do empreiteiro principal, postulando o pagamento de suas verbas rescisórias.
- c) O recurso interposto pela tomadora dos serviços - segunda reclamada - em ação de indenização por danos morais e materiais decorrentes de doença ocupacional, sustentando a ausência de nexo causal da patologia da reclamante e seu labor prestado às reclamadas, quando provido pelo TRT, não aproveita à empregadora direta - primeira reclamada - que deixou transcorrer *in albis* o prazo para interpor recurso ordinário.
- d) Aos sindicatos cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas, possuindo legitimação extraordinária tão somente nos casos expressamente autorizados por lei, nos termos do art. 6º do Código de Processo Civil.
- e) A faculdade atribuída às partes, nos termos do art. 791 da CLT, de reclamarem pessoalmente seus direitos perante a Justiça do Trabalho e de acompanharem suas reclamações até o final (*jus postulandi*), aplica-se às ações rescisórias, cautelares, mandados de segurança e aos recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.



54. Assinale a assertiva correta:

- a) No mandato tácito o advogado está autorizado a praticar os atos inerentes aos poderes da cláusula *ad judicium*, podendo substabelecer.
- b) A não apresentação da procuração no prazo previsto no art. 37 do Código de Processo Civil importa no não conhecimento de recurso ordinário, o qual é reputado inexistente, nos termos do parágrafo único do mesmo dispositivo legal, mesmo em se tratando de mandato tácito.
- c) A constituição de procurador com poderes para o foro em geral poderá ser efetivada mediante simples registro em ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado, com anuência da parte representada.
- d) Os benefícios da Justiça gratuita somente podem ser concedidos àqueles que se encontram assistidos pelo sindicato de sua categoria.
- e) É admissível na fase recursal a regularização da representação processual na forma do art. 13 do CPC.

55. Analise as proposições abaixo e, em seguida, responda:

- I. Intimado a manifestar-se quanto ao laudo pericial, primeira oportunidade em que o reclamante teve ciência da realização da perícia no estabelecimento em que trabalhava para averiguação da existência de agentes insalubres, requereu a nulidade da prova técnica, cujo resultado foi negativo, eis que não fora previamente intimado de sua realização. O Juiz deverá acolher o requerimento do reclamante, determinando realização de nova perícia com prévia intimação das partes.
- II. A não intervenção do Ministério Público do Trabalho em reclamação trabalhista ajuizada por menor de 18 anos, assistido por seu genitor, não enseja, por si só, nulidade processual.
- III. No procedimento sumaríssimo, eventual prova técnica, se deferida, somente será realizada após a oitiva das testemunhas.
- IV. São isentos do pagamento de custas, além dos beneficiários de justiça gratuita: a) a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica; b) o Ministério Público do Trabalho; c) As entidades fiscalizadoras do exercício profissional.
- V. Segundo o princípio da taxatividade, pode-se afirmar que, no processo do trabalho, são admissíveis apenas os seguintes recursos: recurso ordinário, embargos declaratórios, recurso de revista e agravo.

- a) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.



- b) Somente as assertivas III e IV estão corretas.
- c) Somente a assertiva III está correta.
- d) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- e) Somente estão erradas as assertivas III, IV e V.

56. Analise as assertivas abaixo e responda:

- I. É necessário que os sócios da reclamada figurem no polo passivo da demanda desde a fase cognitiva do processo sob pena de nulidade dos atos executórios contra eles dirigidos.
- II. Conforme entendimento do C. TST, nas ações coletivas em que o Sindicato atua na defesa de interesses individuais homogêneos dos trabalhadores da categoria que representa há necessidade de apresentação do rol de substituídos, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito.
- III. A reclamação trabalhista do menor de 18 anos será ajuizada por seus representantes legais e, na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público estadual ou curador nomeado em juízo.
- IV. Apenas o terceiro economicamente interessado, bem como o Ministério Público, têm legitimidade para propor ação rescisória.
- V. É inepta a inicial que não contém requerimento de produção de provas e de citação do reclamado no processo trabalhista.

- a) Somente as assertivas I, III e IV são corretas.
- b) Somente as assertivas III e IV são corretas.
- c) Todas as assertivas estão erradas.
- d) Somente a assertiva III está correta.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

57. Aponte a alternativa correta:

- a) Os atos processuais serão públicos, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6h00 às 20h00.
- b) Os atos processuais que incumbem às partes devem ser realizados entre 6h00 e 20h00 dos dias úteis.
- c) É intempestivo o recurso recebido, pelo Tribunal, no último dia do prazo, após o fechamento do protocolo, ainda que recebido até às 20h00.
- d) O Advogado Geral da União poderá, mediante ato fundamentado, dispensar a manifestação da União nas decisões homologatórias de acordos em que o montante da



parcela indenizatória envolvida ocasionar perda de escala decorrente da atuação do órgão jurídico.

e) A distribuição das reclamações será feita entre Varas do Trabalho, ou os Juízes de Direito do Cível, pela ordem rigorosa de sua apresentação ao distribuidor, quando houver.

58. Analise as assertivas abaixo e, após, responda:

- I. De acordo com a CLT, distribuída a reclamação verbal, o reclamante deverá, salvo motivo de força maior, apresentar-se no prazo de 5 (cinco) dias, ao cartório ou à secretaria, para reduzi-la a termo, sob pena de perda, pelo prazo de 6 meses, do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.
- II. Nos dissídios individuais, em se tratando de procedência do pedido formulado em ação meramente declaratória, as custas processuais incidirão sobre o valor fixado pelo Juiz na sentença.
- III. Exceções peremptórias são aquelas por meio das quais se perime a ação do autor.
- IV. Da decisão de uma das Varas do Trabalho de Curitiba-PR que acolhe exceção de incompetência em razão do lugar, com a remessa do autos para a uma das Varas do Trabalho de Belo Horizonte-MG, não cabe recurso imediato porque se trata de decisão interlocutória.
- V. O depósito recursal deve ser feito e comprovado juntamente com a interposição do recurso. A juntada posterior, ainda que no prazo alusivo ao recurso, acarretará a deserção.

- a) Apenas as assertivas II e V estão corretas;
- b) Apenas a assertiva III está correta;
- c) Todas as assertivas estão erradas;
- d) Apenas as assertivas I e III estão corretas;
- e) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

59. Analise as assertivas abaixo e, após, responda:

- I. A cassação de efeito suspensivo concedido a recurso interposto de sentença normativa retroage à data do despacho que o deferiu.
- II. Não cabe recurso adesivo na hipótese de interposição de embargos.
- III. Inadmissível o recurso de revista contra acórdão da turma do TRT que julga agravo de petição na execução.
- IV. No procedimento sumaríssimo, o recurso de revista só será admitido se houver violação direta da CF.
- V. No processo trabalhista não é permitida a remição dos bens, apenas a remição da execução.



- a) Somente estão corretas as assertivas I, IV e V.
- b) Somente estão corretas as assertivas I, III e IV.
- c) Somente estão corretas as assertivas II, III e IV.
- d) Todas as assertivas estão erradas.
- e) Somente estão corretas as assertivas I e V.

60. Aponte a alternativa correta:

- a) No processo trabalhista não há óbice legal à remissão da dívida.
- b) O agravo de petição se presta ao reexame da prescrição e confissão apreciadas na fase de conhecimento.
- c) No processo do trabalho não se aplica o art. 172, § 2º do CPC, haja vista que a penhora poderá ser feita em domingo ou feriado sem autorização judicial.
- d) Nos embargos à execução a matéria de defesa será restrita apenas às alegações de quitação da dívida, ou cumprimento da decisão ou do acordo.
- e) A investidura no encargo de depositário independe da aceitação do nomeado.

61. Sobre honorários periciais e advocatícios, assinale a alternativa incorreta, nos termos da legislação vigente e jurisprudência majoritária:

- a) A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária da Justiça Gratuita.
- b) Os honorários advocatícios pela mera sucumbência nas ações acidentárias somente são devidos na hipótese em que a ação tenha sido ajuizada na Justiça comum e, posteriormente, encaminhada à Justiça do Trabalho.
- c) Não são devidos honorários advocatícios nas causas em que o ente sindical figure como substituto-processual e nas lides em que não derivem da relação de emprego.
- d) É cabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em ação rescisória no processo trabalhista.
- e) Não é cabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em mandado de segurança no processo do trabalho.

62. Assinale a alternativa incorreta:



- a) O acordo homologado pelo Juízo faz coisa julgada entre as partes, somente podendo ser modificado por meio de ação rescisória, salvo em relação à Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas.
- b) As decisões cognitivas ou homologatórias deverão sempre indicar a natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado, inclusive o limite de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição previdenciária, se for o caso.
- c) É *extra petita* a sentença que condena a reclamada a pagar ao reclamante os salários do período compreendido entre a data da despedida e o final do período de estabilidade, quando exaurido este, se o único pedido formulado na ação for de reintegração.
- d) A sentença que anula a transferência de um empregado produz efeitos *ex tunc*.
- e) Havendo sucumbência recíproca em demanda oriunda da relação de emprego, apenas o empregador será condenado ao pagamento das custas.

63. A respeito do sistema recursal trabalhista é incorreto afirmar:

- a) Vigora no processo do trabalho o princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias, salvo, dentre outras, nas hipóteses de decisão: a) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho; b) suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal; c) que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT.
- b) Ainda que não arguidas pela reclamada, questões alusivas a condições da ação ou pressupostos processuais não se sujeitam à preclusão, podendo ser conhecidas de ofício pelo Juiz.
- c) Salvo disposição expressa em contrário na sentença, o recurso ordinário terá efeito tão somente devolutivo, podendo a parte extrair carta de sentença e proceder à execução provisória do julgado, que tramitará até a penhora dos bens.
- d) Incabível recurso de revista de ente público que não interpôs recurso ordinário voluntário da decisão de primeira instância, ressalvada a hipótese de ter sido agravada, na segunda instância, a condenação imposta.



e) O prazo recursal para os litisconsortes que possuem diferentes procuradores é contado em dobro.

64. Assinale a assertiva correta:

- a) Nos termos do entendimento consubstanciado na Súmula 353, do C. TST, cabem embargos, para a sessão de Dissídios Individuais, de decisão de Turma proferida em agravo salvo da decisão que não conhece de agravo de instrumento ou de agravo pela ausência de pressupostos extrínsecos.
- b) O recolhimento da multa imposta na decisão que reputou, pela primeira vez, protelatórios os embargos de declaração é pressuposto de admissibilidade recursal.
- c) O artigo 899 da CLT, que exige o depósito recursal, não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, por ofensa ao princípio do duplo grau de jurisdição.
- d) Todas as sentenças desfavoráveis às pessoas jurídicas de direito público estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição obrigatório.
- e) Segundo a OJ 409 SDI I, do C. TST, o recolhimento do valor da multa imposta por litigância de má-fé, nos termos do art. 18 do CPC, não é pressuposto objetivo para interposição dos recursos de natureza trabalhista. Assim, resta inaplicável o art. 35, do CPC, como fonte subsidiária, uma vez que, na Justiça do Trabalho, as custas estão reguladas pelo art. 789, da CLT.

65. Sobre Recurso de Revista, assinale a assertiva incorreta, considerando-se a jurisprudência majoritária:

- a) Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme dessa Corte.
- b) Cabe Recurso de Revista das decisões finais proferidas em dissídio coletivo e ação rescisória, sendo que seu efeito é tão somente devolutivo.



- c) Incabível Recurso de Revista de ente público que não interpôs recurso ordinário voluntário da decisão de primeira instância, ressalvada a hipótese de ter sido agravada, na segunda instância, a condenação imposta.
- d) Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
- e) Incabível Recurso de Revista contra acórdão regional prolatado em agravo de instrumento.

DIREITO CONSTITUCIONAL

66. Analise as assertivas abaixo e, em seguida, responda:

- I. As normas constitucionais decorrentes do Poder Constituinte Derivado estão sujeitas ao controle da constitucionalidade, sendo possível a declaração de normas constitucionais inconstitucionais.
- II. A Constituição brasileira de 1988 é flexível.
- III. O Poder Constituinte atribuído aos Estados Membros é denominado originário-revisor.
- IV. O Poder Constituinte Revolucionário é juridicamente ilimitado, não encontra limite em princípios de direito suprapositivos, pois institui uma nova ordem constitucional.
- V. Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico.

- a) Somente as assertivas II e IV estão corretas;
- b) Somente a assertiva V está correta;
- c) Somente as assertivas I e V estão corretas;
- d) Somente a assertiva IV está correta;
- e) Nenhuma das assertivas está correta.

67. Segundo a Constituição Federal vigente, pode-se afirmar que:

- I. A justiça de paz é composta por cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos, e competência para, na forma da lei, exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional.



- II. A entidade de classe não tem legitimação para o mandado de segurança quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.
- III. O Ministério Público que atua perante o Tribunal de Contas da União integra o Ministério Público da União.
- IV. Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro e procedimentos em matéria processual.

- a) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
- b) Somente as alternativas I e IV estão corretas.
- c) Somente as alternativas I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as alternativas III e IV estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

68. Segundo a Constituição Federal, é incorreto afirmar que:

- a) O servidor público poderá perder o cargo em virtude de procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar, assegurada ampla defesa.
- b) É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria para servidores titulares de cargos efetivos na União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ressalvados os casos definidos em lei complementar, para servidores portadores de deficiência; que exerçam atividades de risco e aqueles cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.
- c) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos mesmo, ainda que haja compatibilidade de horários no desempenho das respectivas atividades.
- d) Aos membros das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios é vedada a sindicalização e o exercício do direito de greve.
- e) Os servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios se aposentam compulsoriamente aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

69. Sobre a inconstitucionalidade das leis, é incorreto afirmar:

- a) A Câmara do Distrito Federal tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade.



- b) O Supremo Tribunal Federal admite *amicus curiae* em ação direta de inconstitucionalidade.
- c) Norma regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego, que dispõe sobre a saúde do trabalhador, pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.
- d) O juiz do Trabalho pode declarar a inconstitucionalidade de lei em sede de reclamação trabalhista.
- e) Compete ao Senado Federal suspender a execução de lei declarada inconstitucional em decisão definitiva pelo Supremo Tribunal Federal.

70. De acordo com a Constituição vigente, analise as assertivas abaixo e, depois, responda:

- I. A ação popular pode ser ajuizada para impugnar, em tese, lei inconstitucional.
- II. A ordem econômica tem como princípios, dentre outros, a soberania nacional e a propriedade privada.
- III. Entre as funções essenciais à Justiça encontram-se a Advocacia Pública e a Defensoria Pública.
- IV. O Distrito Federal com competência de Estado Membro, pode ser dividido em municípios.

- a) Somente as alternativas II e III estão corretas.
- b) Somente as alternativas I e IV estão corretas.
- c) Somente as alternativas I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as alternativas III e IV estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

71. Sobre os entes federados, dispõe a Constituição vigente que:

- a) Compete privativamente à União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual e penitenciário.
- b) Tratando-se de competência legislativa concorrente, a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a eficácia da lei estadual no que lhe for contrária.
- c) Os vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos onde quer que se encontrem.
- d) É competência comum entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios estabelecer e implantar política de educação para a segurança no trânsito.



e) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

72. Sobre os direitos fundamentais é correto afirmar:

- a) É assegurada a gratuidade das ações de *habeas datas* e *habeas corpus*.
- b) O brasileiro naturalizado nunca pode ser extraditado.
- c) O Brasil não admite a pena de morte em qualquer hipótese.
- d) A lei extrapenal não poderá retroagir.
- e) O ajuizamento da ação constitucional de *habeas corpus* exige a capacidade postulatória.

DIREITO CIVIL

73. Analise as seguintes assertivas, assinalando, após, a alternativa correta:

- I. Uma fundação só poderá ser criada, pelo seu instituidor, através de escritura pública, e este deverá especificar o fim a que se destina, declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.
 - II. Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma, além de outros requisitos, seja deliberada por metade dos componentes para gerir e representar a fundação.
 - III. As associações públicas, à vista do direito civil, são consideradas pessoas jurídicas de direito privado e as autarquias pessoas jurídicas de direito público interno.
 - IV. À luz do Código Civil Brasileiro, o domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; o do marítimo, onde o navio estiver matriculado; e do preso, o lugar em que cumprir a sentença.
 - V. Não dispendo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- a) Apenas a assertiva II está correta.
 - b) Apenas as assertivas II e V estão corretas.
 - c) Apenas as assertivas IV e V estão corretas.
 - d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - e) Todas as assertivas estão erradas.

74. Aponte a alternativa incorreta:



- a) Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas do Código Civil Brasileiro.
- b) Nos termos do CCB, são bens públicos os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças, os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviços ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, exceto os de suas autarquias e os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- c) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- d) Nos termos do CCB, os materiais provenientes da demolição de um prédio são considerados bens móveis.
- e) Nos termos do CCB, nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão dolosa, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado.

75. Analise as proposições abaixo e, após, responda:

- I. O cônjuge do ausente, regularmente casado sob o regime da comunhão universal, separado de fato por menos de dois anos antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.
 - II. As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos de seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, somente se houver, por parte destes, dolo.
 - III. São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público e privado.
 - IV. Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
 - V. Consideram-se imóveis para os efeitos legais o direito à sucessão aberta.
- a) As questões I, IV e V são verdadeiras.
 - b) As questões I, II e III são falsas.
 - c) As questões II, III e IV são falsas.
 - d) Somente a questão V é verdadeira.
 - e) Todas as questões são falsas.

76. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O erro é substancial quando sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou o principal do negócio jurídico.
- b) A transmissão errônea da vontade por meios interpostos é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração indireta.



- c) Subsistirá o negócio jurídico se a coação decorrer de terceiro, sem que a parte a que aproveite dela tivesse ou devesse ter conhecimento; mas o autor da coação responderá por todas as perdas e danos que houver causado ao coacto.
- d) Nos termos da lei civil, configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- e) O dolo do representante legal de uma das partes não obriga o representado a responder civilmente; se, porém, o dolo for do representante convencional, o representado responderá solidariamente com ele por perdas e danos.

77. Aponte a alternativa incorreta:

- a) No que tange à formação dos contratos, deixa de ser obrigatória a proposta se, feita sem prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita. Considera-se também presente a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante.
- b) Os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde que a aceitação é expedida, exceto se o proponente se houver comprometido a esperar resposta.
- c) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença ocorrerão a partir de seu trânsito em julgado.
- d) É lícita a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão.
- e) A doação feita em contemplação do merecimento do donatário não perde o caráter de liberalidade, como não o perde a doação remuneratória, ou a gravada, no excedente ao valor dos serviços remunerados ou ao encargo imposto.

78. Aponte a alternativa incorreta:

- a) A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova plena. Se algum comparecente não puder ou não souber escrever, outra pessoa capaz assinará por ele, a seu rogo. Ainda, se algum dos comparecentes não for conhecido do tabelião, nem puder identificar-se por documento, deverão participar do ato pelo menos duas testemunhas que o conheçam e atestem sua identidade.
- b) Os livros e fichas dos empresários e sociedades provam contra as pessoas a quem pertencem, e, em seu favor, quando escriturados sem vício extrínseco ou intrínseco, forem confirmados por outros subsídios.
- c) No campo do direito obrigacional, se o fato puder ser executado por terceiro, será livre ao credor mandá-lo executar à custa do devedor, havendo recusa ou mora deste, sem prejuízo da indenização cabível. Em caso de urgência, pode o credor, independentemente de autorização judicial, executar ou mandar executar o fato, sendo depois ressarcido.
- d) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou. Não pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e



parte em outra. Quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção poderá ser exercida em cada período. No caso de pluralidade de optantes, não havendo acordo unânime entre eles, decidirá o juiz, findo o prazo por este assinado para a deliberação. Se o título deferir a opção a terceiro, e este não quiser, ou não puder exercê-la, caberá ao juiz a escolha se não houver acordo entre as partes.

- e) Se um dos credores remitir a dívida, a obrigação não ficará extinta para com os outros: mas estes só a poderão exigir, descontada a quota do outro. Este critério não será observado em caso de confusão.

79. Aponte a alternativa incorreta:

- a) Pelo contrato de depósito o depositário recebe um bem, móvel ou imóvel, para guardar, até que o depositante o reclame.
- b) O contrato de depósito é gratuito, exceto se houver convenção em contrário, se resultante de atividade negocial ou se o depositário o praticar por profissão. Se o depósito for oneroso e a retribuição do depositário não constar de lei, nem resultar de ajuste, será determinada pelos usos do lugar, e, na falta destes, por arbitramento.
- c) O depositário, que por força maior houver perdido a coisa depositada e recebido outra em seu lugar, é obrigado a entregar a segunda ao depositante, e ceder-lhe as ações que no caso tiver contra o terceiro responsável pela restituição da primeira.
- d) Todas as pessoas capazes são aptas para dar procuração mediante instrumento particular, que valerá desde que tenha a assinatura do outorgante. O terceiro com quem o mandatário tratar poderá exigir que a procuração traga a firma reconhecida. Ainda quando outorgue mandato por instrumento público, pode substabelecer-se mediante instrumento particular.
- e) O mandato em termos gerais só confere poderes de administração. O poder de transigir não importa o de firmar compromisso.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

80. Aponte a alternativa incorreta.

- a) Em cada município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar, composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução.
- b) Para se candidatar a membro do conselho tutelar exige-se apenas idade superior a 21 anos e residência no Município.
- c) As decisões do conselho tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária, a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- d) Constará da lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do conselho tutelar.
- e) O conselheiro tutelar efetivo terá assegurada prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.



BLOCO III

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

81. Analise as seguintes assertivas, e assinale a alternativa correta:

- a) Segundo legislação processual vigente, quando a elaboração da memória do cálculo depender de dados existentes em poder do devedor ou do terceiro, o juiz ao requisitará, de ofício, fixando prazo de até trinta dias para o cumprimento da diligência.
- b) São títulos executivos judiciais nos termos do Código de Processo Civil: a sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia; a sentença penal condenatória com trânsito em julgado; a sentença homologatória de conciliação ou de transação, ainda que inclua matéria não posta em juízo; a sentença arbitral, o acordo extrajudicial, de qualquer natureza, homologado judicialmente; a sentença estrangeira, homologada pelo STJ e o formal de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal.
- c) Na audiência de instrução e julgamento as provas serão produzidas nesta ordem: o juiz tomará os depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu; depois o perito e os assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimentos, requeridos no prazo e na forma do art. 435; e finalmente serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
- d) São incapazes de depor como testemunhas, nos termos da lei, dentre outros, o cônjuge, bem como o ascendente e o descendente em qualquer grau, ou colateral, até o segundo grau, de alguma das partes, por consanguinidade ou afinidade, salvo se o exigir o interesse público, ou, tratando-se de causa relativa ao estado da pessoa, não se puder obter de outro modo a prova que o juiz repute necessária ao julgamento do mérito.
- e) A alteração do pedido ou da causa de pedir será permitida antes da citação do réu, desde que este concorde com o postulado.

82. Assinale a alternativa incorreta:



- a) Constituem fundamento para que duas ou mais pessoas possam litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, dentre outros fundamentos, a afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito e quando houver entre as causas conexão pelo objeto ou pela causa de pedir.
- b) Há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.
- c) No que tange aos prazos processuais, é correto afirmar que a superveniência de férias suspenderá o curso do prazo; o que lhe sobejar recomençará a correr do primeiro dia útil seguinte ao termo das férias.
- d) Reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir; dá-se a continência entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e ao pedido, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.
- e) Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá nomear à autoria o proprietário ou o possuidor.

83. Analise as seguintes assertivas e responda:

- I. O recurso adesivo será admissível somente na apelação, no recurso extraordinário e no recurso especial.
- II. Ao recurso adesivo se aplicam as mesmas regras do recurso independente, quanto às condições de admissibilidade, preparo e julgamento no tribunal superior.
- III. O recurso extraordinário não poderá fundar-se em dissídio jurisprudencial.
- IV. A desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, importará na extinção da reconvenção.
- V. Quando o litígio versar sobre direitos patrimoniais de caráter privado, o juiz, de ofício, determinará o comparecimento das partes ao início da audiência de instrução e julgamento; antes de iniciar a instrução o juiz tentará conciliar as partes; a ausência desta tentativa não gera a nulidade do processo.

- a) Somente a assertiva V está correta;
- b) Somente as assertivas II e V estão corretas;
- c) Somente as assertivas I, II, III e V estão corretas;
- d) Somente a assertiva I está incorreta;
- e) Somente as assertivas I, e III estão corretas.



84. Aponte a alternativa incorreta:

- a) O incidente de falsidade tem lugar em qualquer tempo e grau de jurisdição, podendo o juiz suspender ou não o processo principal.
- b) A incompetência absoluta do Juízo é arguida na contestação, antes de se discutir o mérito.
- c) O pedido deve ser certo ou determinado. É lícito, porém, formular pedido genérico quando não for possível determinar, de modo definitivo, as consequências do ato ou do fato ilícito.
- d) Considera-se inepta a petição inicial quando o pedido for juridicamente impossível.
- e) Não realizada a adjudicação dos bens penhorados, o exequente poderá requerer sejam eles alienados por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor credenciado perante a autoridade judiciária.

85. Aponte a alternativa correta:

- a) Com relação à produção antecipada de provas, é incorreto afirmar que, tomado o depoimento ou feito exame pericial, os autos permanecerão em cartório, sendo lícito aos interessados solicitar as certidões que quiserem.
- b) A exibição judicial, como cautelar específica, tem lugar como procedimento preparatório, de documento próprio ou comum, em poder de cointeressado, sócio, condômino, credor ou devedor; ou em poder de terceiro que o tenha em sua guarda, como inventariante, testamentário, depositário ou administrador de bens alheios.
- c) Não se aplica ao sequestro o que o Código de Processo Civil estatui acerca do arresto.
- d) Para a concessão do arresto, equipara-se à prova literal da dívida líquida e certa a sentença líquida ou ilíquida, transitada em julgado, condenando o devedor ao pagamento de dinheiro ou de prestação que em dinheiro possa converter-se.
- e) É incorreto afirmar que a medida cautelar poderá ser substituída, de ofício e a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente.

86. Analise as assertivas abaixo e, após, responda.



- I. Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para opor embargos em vinte dias.
- II. Na execução o juiz autorizará a alienação antecipada dos bens penhorados quando sujeitos a deterioração ou depreciação ou quando houver manifesta vantagem. Quando uma das partes requerer a alienação antecipada dos bens penhorados, o juiz ouvirá sempre a outra antes de decidir.
- III. Podem ser penhorados, à falta de outros bens, os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis, salvo se destinados à satisfação de prestação alimentícia.
- IV. Segundo enumeração taxativa do CPC, são cabíveis apenas os seguintes recursos: apelação, agravo, embargos infringentes, embargos de declaração, recurso ordinário, recurso especial e recurso extraordinário.
- V. Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, inclusive mandado de segurança, por qualquer das partes.

- a) Estão corretas as assertivas I e V.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- d) Estão corretas apenas as assertivas III e V.
- e) Estão erradas apenas as assertivas II e V.

87. Aponte a alternativa incorreta:

- a) Conforme jurisprudência dominante o incidente de uniformização da jurisprudência é admissível no recurso de agravo.
- b) Conforme doutrina e jurisprudência dominantes, o Ministério Público tem legitimidade para arguir o incidente de uniformização de jurisprudência.
- c) O juízo cível competente para executar sentença penal condenatória e sentença arbitral como títulos executivos judiciais é o lugar do domicílio do executado ou do lugar da localização dos bens sujeitos à expropriação.
- d) Quando o recurso especial fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.
- e) Conforme disposição legal, o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, será interposto perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, e



bastará conter na petição a demonstração do cabimento do recurso interposto e as razões do pedido de reforma da decisão.

88. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O protesto, medida cautelar nominada, não admite defesa nem contraprotesto nos autos; mas o requerido pode contraprotestar em processo distinto.
- b) A coisa julgada material se forma sobre a sentença de mérito, mesmo que contenha decisão sobre relações continuativas.
- c) Para a concessão do arresto é essencial pelo menos prova documental de que o devedor, que tem domicílio, caindo em insolvência, aliena ou tenta alienar bens que possui.
- d) Ainda que o devedor dê fiador idôneo, não se suspenderá a execução do arresto. Para isso é necessário que preste caução para garantir a dívida, honorários do advogado do requerente e custas.
- e) Conforme Súmula 86 do Superior Tribunal de Justiça cabe recurso especial contra acórdão proferido no julgamento de agravo de instrumento.

89. Sobre o título executivo é correto afirmar:

- a) Dependem de homologação pelo Supremo Tribunal Federal, para serem executados, os títulos executivos extrajudiciais, oriundos de país estrangeiro.
- b) O título executivo extrajudicial, oriundo de país estrangeiro, para ter eficácia executiva, há de satisfazer aos requisitos de formação exigidos pela lei brasileira.
- c) São títulos executivos extrajudiciais, dentre outros, o crédito de serventuário de justiça, de perito, de intérprete, ou de tradutor, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial.
- d) Não constituem títulos executivos extrajudiciais os contratos de seguro de vida.
- e) Não constitui título executivo extrajudicial a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor.

90. Sobre competência é incorreto afirmar:

- a) A ação intentada perante Tribunal estrangeiro não induz litispendência, porém obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.



- b) Prevenção é critério para exclusão dos demais juízos competentes de um mesmo foro ou tribunal. Ocorre tanto na hipótese de competência relativa, prorrogável, como nos casos de juízos de mesma competência absoluta. Como acontece com a distribuição, a prevenção tem por finalidade também fixar a competência do juízo.
- c) Apenas quando o domicílio do réu for desconhecido ou incerto é que existe, para o autor, a regra do foro subsidiário (e não concorrente): pode demandar onde for encontrado o réu ou, em última análise, no foro do domicílio dele mesmo autor.
- d) Conforme matéria já sumulada pelo STJ, é vedado ao juiz adiantar-se ao direito disponível da parte e proclamar, *ex officio*, sua incompetência relativa.
- e) É competente o foro do lugar onde exerce a sua atividade principal, para a ação em que for ré a sociedade, que carece de personalidade jurídica.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

91. Sobre a Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, aponte a alternativa incorreta:

- a) Todos os Membros, desde que tenham ratificado as convenções aludidas na Declaração, têm um compromisso derivado do fato de pertencer à Organização de respeitar, promover e tornar realidade, de boa fé e de conformidade com a Constituição, os princípios relativos aos direitos fundamentais que são objeto dessas convenções.
- b) Fazem parte das convenções fundamentais, como tal previstas na Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho: a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva.
- c) Fazem parte das convenções fundamentais, como tal previstas na Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho: a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; a abolição efetiva do trabalho infantil.
- d) Faz parte das convenções fundamentais, como tal previstas na Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho: a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.
- e) No momento de incorporar-se livremente à OIT, todos os Membros aceitaram os princípios e direitos enunciados em sua Constituição e na Declaração de Filadélfia, e se



comprometeram a esforçar-se por alcançar os objetivos gerais da Organização na medida de suas possibilidades e atendendo a suas condições específicas.

92. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O conjunto de direitos e garantias individuais previstos no art. 5º da Constituição Federal não é exclusivo, admitindo outros originários de tratados celebrados pelo governo brasileiro.
- b) É competência privativa do Presidente da República celebrar tratados e convenções internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
- c) Os tratados sobre direitos humanos aprovados, em dois turnos, pela maioria simples do Senado Federal adquirem força de norma constitucional.
- d) Os tratados que acarretem ônus para o patrimônio nacional só entram em vigor depois de sua aprovação definitiva pelo Congresso Nacional.
- e) Os processos e inquéritos que impliquem em sérias violações de direitos humanos previstos em tratados celebrados pelo Brasil poderão ser objeto de deslocamento de competência para a Justiça Federal, a ser requerido pelo Procurador-Geral da República, perante o Superior Tribunal de Justiça.

93. Sobre o Mercosul, aponte a alternativa incorreta:

- a) A zona de livre comércio entre os países membros foi instalada no ano de 1995.
- b) Em julho de 1999, estabeleceu-se um plano de uniformização de taxas de juros, índice de déficit e taxas de inflação.
- c) Em 1999, o Brasil recorreu à OMC, pois a Argentina estabeleceu barreiras aos tecidos de algodão e lá produzidos no Brasil.
- d) Os países membros do Mercosul estudam a possibilidade da adoção de uma moeda única, a exemplo do que fez o Mercado Comum Europeu.
- e) Fazem parte do Mercosul Brasil, Paraguai, Argentina, Venezuela, Chile e Uruguai.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

94. Considerando os princípios constitucionais específicos da Seguridade Social, analise as seguintes assertivas e, após, responda.



I - Benefícios e serviços da Seguridade Social podem ser criados por iniciativa legislativa tanto do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo, com a respectiva fonte de custeio, ainda que esta venha a ser criada no momento de efetiva prestação aos beneficiários do sistema (Art. 195, p. 5º, da CF).

II - O princípio da equidade na forma de participação e custeio da Seguridade Social atribui àqueles que se beneficiam do sistema a obrigação de participar do seu custeio. Serve para a Previdência Social e para a Assistência Social, pois as prestações de ambas são entregues aos beneficiários mediante retribuição.

III - De acordo com o princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, todas as pessoas têm direito aos benefícios e serviços da Seguridade Social. Porém, há requisitos para o gozo de benefícios e serviços da Previdência Social, da Assistência Social e da Saúde.

IV - A seletividade e a distributividade na prestação dos benefícios e serviços consubstanciam-se em princípio específico da Seguridade Social. A seletividade traduz-se como a escolha de um plano básico compatível com a força econômico-financeira do sistema e as reais necessidades dos protegidos. Já a distributividade diz respeito aos benefícios (prestações de caráter pecuniário), não aos serviços. A distribuição pode ser feita aos mais necessitados, em detrimento dos menos necessitados.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Todas as assertivas estão erradas.
- c) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) a assertiva III é a única correta.
- e) apenas a assertiva IV está correta

95. Sobre a aposentadoria especial, analise as seguintes assertivas e, após, responda:

I - O art. 57 da Lei n. 8213/91 estabelece que a aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei.

II - A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado.

III - O beneficiário que estiver no gozo de aposentadoria especial, mas continuar no exercício de atividade ou operação que o sujeite aos agentes nocivos constantes da relação referida na Lei n. 8213/91, terá sua aposentadoria cancelada.



IV - O beneficiário que estiver no gozo de aposentadoria especial pode continuar no exercício de atividade ou operação que o sujeite aos agentes nocivos constantes da relação referida na Lei n. 8213/91, sem qualquer prejuízo.

V - Verificada a recuperação da capacidade de trabalho do beneficiário que goza de aposentadoria especial, será observado o seguinte procedimento: quando a recuperação ocorrer dentro de 5 (cinco) anos, contados da data do início da aposentadoria, o benefício cessará de imediato, para o segurado empregado que tiver direito a retornar à função que desempenhava na empresa quando se aposentou, na forma da legislação trabalhista, valendo como documento, para tal fim, o certificado de capacidade fornecido pela Previdência Social.

- a) Apenas as assertivas I, II e III estão erradas.
- b) apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- d) apenas as assertivas I, II e III estão corretas
- e) todas as assertivas estão erradas.

96. O art. 12 da Lei n. 8212/91 explicita quem são as pessoas físicas que figuram como segurados obrigatórios da Previdência Social. A respeito do conceito legal de contribuinte individual é correto afirmar:

a) Considera-se contribuinte individual a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, a qualquer título, em caráter permanente ou temporário, em área superior a 4 (quatro) módulos fiscais com auxílio de empregados ou por intermédio de prepostos. A exploração de atividade agropecuária em área igual ou inferior a 4 (quatro) módulos fiscais, assim como a atividade pesqueira, não configura a hipótese de contribuinte individual.

b) Considera-se contribuinte individual a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral - garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, desde que de forma contínua.

c) Não é considerado contribuinte individual o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, pois gozam de imunidade das contribuições sociais, nos termos do art. 150, VI, "b", da Constituição Federal.

d) Considera-se contribuinte individual o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.

e) Considera-se contribuinte individual o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o



sócio solidário, o sócio de indústria, o sócio gerente e o sócio cotista, assim como o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, mesmo que não recebam remuneração.

97. Os artigos 22 e 23 da Lei de Custeio da Seguridade Social estipulam a contribuição devida ao sistema a cargo da empresa. Sobre esta contribuição, assinale a alternativa errada.

a) A empresa deve recolher contribuição à Seguridade Social de vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa.

b) Para o financiamento do benefício de aposentadoria especial e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos, a empresa deverá recolher 1,5% (um e meio por cento).

c) A empresa deve recolher vinte por cento sobre o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados contribuintes individuais que lhe prestem serviços.

d) É de quinze por cento sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, a contribuição a empresa relativamente a serviços que lhe são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho.

e) No caso de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas, além das contribuições pagas pelas demais empresas, é devida a contribuição adicional de 2,5% (dois e meio por cento) sobre a base de cálculo definida nos incisos I e III do art. 22.

98. A respeito do salário-de-contribuição, para fins de recolhimento das contribuições devidas à Seguridade Social, analise as seguintes assertivas e, após, responda.



- I. Considera-se salário-de-contribuição, para o empregado e trabalhador avulso: a remuneração auferida na sua principal atividade profissional, assim entendida os rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa.
- II. Entende-se por salário-de-contribuição para o empregado doméstico: a remuneração registrada na Carteira de Trabalho e Previdência Social, observadas as normas a serem estabelecidas em regulamento para comprovação do vínculo empregatício e do valor da remuneração. Assim, para a Seguridade Social, se o empregado doméstico tiver registrado um salário mínimo legal em CTPS, este será o seu salário-de-contribuição, ainda que de fato perceba salário maior que o mínimo legal.
- III. Considera-se salário-de-contribuição, para o contribuinte individual: a remuneração auferida na principal empresa para a qual presta serviços ou pelo exercício de sua atividade por conta própria, durante o mês, observado o limite máximo do salário-de-contribuição.
- IV. Para o segurado facultativo: o valor de um salário mínimo legal.

- a) todas as assertivas estão corretas;
- b) todas as assertivas estão erradas;
- c) estão corretas apenas as assertivas II e III;
- d) apenas a assertiva III está correta;
- e) estão corretas as assertivas I e IV, apenas.

99. A Lei n. 8212/91 estipula quais são as verbas que não integram o salário-de-contribuição, para os fins desta Lei. Analise as assertivas abaixo e, após, responda:

- I. Não integram o salário-de-contribuição: a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação própria; a ajuda de custo, em parcela única, recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado, na forma do art. 470 da CLT; as diárias para viagens, qualquer que seja o seu valor;
- II. Não integram o salário-de-contribuição: a importância recebida a título de bolsa de complementação educacional de estagiário, quando paga nos termos da Lei n. 6.494/77; a remuneração trezena ou 13º salário; a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica; o abono do Programa de Integração Social-PIS e do Programa de Assistência ao Servidor Público-PASEP.
- III. Não integram o salário-de-contribuição: os valores correspondentes a transporte, alimentação e habitação fornecidos pela empresa ao empregado contratado para trabalhar em localidade distante da de sua residência, em



canteiro de obras ou local que, por força da atividade, exija deslocamento e estada, observadas as normas de proteção estabelecidas pelo Ministério do Trabalho; a importância paga à segurada, pelo INSS, a título de salário-maternidade.

IV. Não integra o salário-de-contribuição: a importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-doença, desde que este direito seja extensivo à totalidade dos empregados da empresa.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Estão corretas somente as assertivas I e II.
- c) Estão corretas somente as assertivas II e III.
- d) Está correta somente a assertiva IV.
- e) Estão corretas somente as assertivas III e IV.

DIREITO EMPRESARIAL

100. Analise as proposições abaixo e, após, responda:

- I. Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato social, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio;
- II. A responsabilidade civil do empresário por danos causados por seus prepostos em relação a terceiros é objetiva;
- III. Na sociedade irregular os sócios respondem solidaria e ilimitadamente pelas obrigações sociais.
- IV. Na sociedade por comandita simples os sócios comanditados e os sócios comanditários possuem responsabilidade solidária ilimitada pelos obrigações sociais.
- V. A sociedade em conta de participação pode adotar como nome empresarial tanto firma como denominação social.

- a) Somente as alternativas I e II estão corretas.
- b) Somente as alternativas I e IV estão corretas.
- c) Somente as alternativas I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão corretas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

XXVI CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

PROVA OBJETIVA SELETIVA

GABARITO

1. C	2. E	3. C	4. E	5. D
6. A	7. D	8. E	9. D	10. C
11. E	12. E	13. D	14. C	15. D
16. C	17. C	18. A	19. B	20. D
21. D	22. B	23. A	24. A	25. C
26. B	27. C	28. D	29. C	30. B
31. A	32. E	33. E	34. B	35. E
36. C	37. E	38. C	39. C	40. D
41. C	42. D	43. A	44. A	45. C
46. C	47. B	48. A	49. C	50. D
51. B	52. A	53. A	54. C	55. E
56. D	57. E	58. D	59. E	60. A
61. C	62. C	63. E	64. E	65. B
66. C	67. B	68. C	69. C	70. A
71. D	72. A	73. C	74. B	75. A
76. E	77. C	78. E	79. A	80. B
81. B	82. D	83. B	84. A	85. B
86. C	87. E	88. D	89. C	90. A
91. A	92. C	93. E	94. E	95. D
96. D	97. B	98. B	99. D	100. D

Campinas, 02 de abril de 2012.
(a) OSÉAS PEREIRA LOPES JÚNIOR
Juiz Presidente da Comissão Examinadora